

A (IN)VISIBILIDADE DA MULHER NO PAPEL HISTÓRICO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Victoria Laís da Silva Oliveira ¹

José Gabriel da Silva ²

Lívia Renata Dalva Albuquerque Vasconcelos ³

Maycon Vinicius da Silva Santos ⁴

Michael Douglas Justino dos Santos ⁵

Profª Dra. Roberta de Granville Barboza ⁶

RESUMO

Este estudo, desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), pretende analisar a visibilidade de mulheres nas bases acadêmicas e científicas, destacando suas trajetórias e importância no contexto acadêmico e social, muitas vezes negligenciadas e silenciadas pela historiografia tradicional. Tal temática se torna relevante para a academia e para a sociedade, incentivando a divulgação de pesquisas sobre mulheres e inspirando novas gerações de estudantes e professores/as a questionarem estereótipos, padrões normativos e desigualdades de gênero. Teoricamente, baseou-se em obras de autoras referenciais na área dos estudos sobre a história das mulheres, gênero e feminismos. Metodologicamente, a pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, com tipo de estudo exploratório e tipo de pesquisa bibliográfica a partir de um mapeamento. A pesquisa foi realizada em artigos científicos mapeados a partir das bases de dados Scielo, Lilacs por meio de busca com combinação de palavras-chaves (mulher, história, visibilidade) e Google acadêmico, além de livros clássicos. Foram encontrados quatro artigos e quatro livros sobre a citada temática, os quais não apenas revelam, mas denunciam todo o processo de silenciamento das mulheres ao longo da história, afirmam que os estudos feministas e de gênero apresentam uma grande contribuição para os processos de desnaturalização dos processos históricos contados essencialmente sob o ponto de vista dos homens e apontam a necessidade de se resgatar e valorizar as narrativas das mulheres, reconhecendo-as como sujeitos históricos ativos. Os estudos também revelaram a necessidade de se desconstruir e desnaturalizar a narrativa patriarcal que relegou as mulheres a papéis secundários e submissos, ressaltando como suas contribuições foram sistematicamente apagadas ao longo da história. Diante de tais aspectos, o estudo contribui para uma formação docente crítica como futuros professores/as de história, alinhada aos princípios do PIBID, ao promover reflexões sobre representatividade, resistência e justiça histórica para as mulheres.

Palavras-chave: História das mulheres, Invisibilidade feminina, PIBID, Feminismo.

¹ Graduanda do Curso de História da ASCES UNITA, 2024139285@app.ascses.edu.br;

² Graduando do Curso de História da ASCES UNITA, 2024139261@app.ascses.edu.br;

³ Graduanda do Curso de História da ASCES UNITA, 2024139246@app.ascses.edu.br;

⁴ Graduando do Curso de História da ASCES UNITA, 2024139233@app.ascses.edu.br;

⁵ Graduando do Curso de História da ASCES UNITA, 2023104719@app.ascses.edu.br;

⁶ Professora orientadora da ASCES-UNITA e ESEF-UPE, robertagranville@ascses.edu.br.



INTRODUÇÃO

O presente trabalho, desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), será apresentado na modalidade de comunicação oral durante o XI Congresso Nacional de Educação. A pesquisa tem como propósito central analisar criticamente a (in)visibilidade da mulher na historiografia brasileira, a fim de compreender os mecanismos históricos e epistemológicos que contribuíram para a marginalização de suas experiências nos processos sociais, políticos e culturais do país.

Historicamente, a mulher foi concebida sob uma perspectiva marcada pela hierarquização de gênero, tendo sua existência vinculada ao espaço doméstico e à subalternidade em relação ao homem. A historiografia tradicional, hegemonicamente elaborada por sujeitos masculinos, perpetuou essa lógica excludente ao construir narrativas que silenciaram ou minimizam a participação feminina em episódios fundamentais da formação histórica nacional. Essa abordagem restringiu-se a uma visão androcêntrica da realidade, desconsiderando a pluralidade das experiências vividas pelas mulheres ao longo do tempo.

A reflexão proposta encontra respaldo em autoras como Simone de Beauvoir, que, em sua obra "*O Segundo Sexo*", evidencia como a mulher foi sistematicamente definida como "o outro" em relação ao sujeito masculino, sendo-lhe negada uma identidade autônoma e plena (BEAUVOIR, 1949). Paralelamente, Mary Del Priore e Michelle Perrot contribuem com importantes análises sobre os processos de construção das representações sociais da mulher, revelando a complexidade de sua trajetória e as diversas formas de resistência exercidas frente aos discursos normativos e às estruturas de poder (DEL PRIORE, 2004; PERROT, 1990).

Do ponto de vista pessoal e formativo, esta pesquisa surge do interesse em fomentar uma prática docente mais crítica, reflexiva e comprometida com a equidade de gênero. Como licenciandos em História e bolsistas do PIBID, compreendemos a relevância de promover, no ambiente escolar, discussões que desafiem as narrativas hegemônicas e ampliem a compreensão dos sujeitos históricos, incluindo aqueles historicamente marginalizados.

A relevância científica deste estudo reside na necessidade de desconstruir os paradigmas excludentes da historiografia tradicional e de promover uma abordagem mais inclusiva e representativa dos diversos agentes históricos. Em termos sociais, a investigação justifica-se pela urgência em contribuir para a consolidação de práticas educacionais que valorizem a diversidade, os direitos humanos e a justiça epistemológica.



Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar as formas pelas quais a historiografia brasileira vem invisibilizando as mulheres e suas contribuições, bem como identificar possibilidades de construção de práticas acadêmicas e pedagógicas que promovam a inclusão e a valorização das experiências femininas. A proposta é contribuir para uma narrativa histórica mais equitativa, que reconheça o protagonismo das mulheres e favoreça o fortalecimento de uma educação comprometida com a transformação social.

REFERENCIAL TEÓRICO

Este estudo fundamenta-se em autoras que contribuem de forma significativa para a crítica à historiografia tradicional e à invisibilidade da mulher como sujeito histórico. A análise parte do pressuposto de que o silenciamento das mulheres nos registros históricos não é fruto de uma omissão accidental, mas resultado de um projeto estruturado por uma lógica patriarcal e androcêntrica, que moldou a história oficial como um espaço de exclusão simbólica.

Simone de Beauvoir, em sua obra clássica *O Segundo Sexo* (1949), analisa como a mulher foi historicamente posicionada como “o Outro”, ou seja, como uma figura relacional e subordinada ao homem, sem um passado ou identidade próprios. Essa condição existencial compromete o reconhecimento da mulher como agente pleno da história e dificulta a construção de uma identidade coletiva capaz de romper com o apagamento simbólico a que foram submetidas. Sua obra demonstra que a opressão feminina está enraizada tanto em estruturas sociais quanto na construção simbólica da alteridade, na qual o masculino é considerado o padrão universal e o feminino, a exceção.

Michelle Perrot, em *Os Excluídos da História* (1988), complementa essa análise ao destacar que as mulheres foram tradicionalmente relegadas ao espaço privado, exercendo formas de poder invisíveis e, por isso, ausentes dos registros históricos marcados por uma historiografia que privilegiava a esfera pública e masculina. Sua ausência nos registros é resultado da valorização exclusiva de acontecimentos vinculados à política, à guerra e à economia, desconsiderando o cotidiano, os afetos e o mundo doméstico — locais de intensa participação feminina. A autora destaca, ainda, como a historiografia tradicional romantizou ou distorceu a presença das mulheres, reforçando visões estereotipadas e limitantes.

Rachel Soihet, no capítulo “História das Mulheres”, da coletânea *Domínios da História* (1997), aprofunda essa crítica ao demonstrar que a emergência da história das mulheres



representou uma resposta às limitações metodológicas da historiografia tradicional. Soihet evidencia que a invisibilidade das mulheres também está relacionada à exclusão das fontes que poderiam registrar suas experiências, como cartas, diários, registros orais e documentos cotidianos. Para a autora, o reconhecimento do gênero como categoria analítica permitiu revisar criticamente as narrativas dominantes, abrindo caminho para uma história mais plural e inclusiva, capaz de abarcar a multiplicidade das vivências femininas.

Mary Del Priore, em *Histórias Íntimas* (2011), destaca como os discursos morais e religiosos, ao longo da história do Brasil, moldaram representações distorcidas da mulher, restringindo sua presença a estereótipos de mães, esposas ou figuras escandalosas. Ao analisar o corpo, a sexualidade e os comportamentos femininos, Del Priore revela como as mulheres foram disciplinadas por normas sociais que as afastaram dos espaços de poder e da produção histórica. Sua análise mostra que o apagamento das mulheres não ocorre apenas pela ausência nos registros, mas também pela forma como elas foram retratadas — quase sempre como objeto de desejo, desvio ou pecado, e raramente como sujeito de sua própria trajetória.

Em conjunto, essas autoras demonstram que a marginalização das mulheres nos registros acadêmicos e científicos reflete uma construção social e cultural mais ampla, que naturaliza sua ausência, perpetua estereótipos e limita sua atuação histórica a funções afetivas, reprodutivas ou escandalosas. A seleção parcial de fontes, a desvalorização da esfera privada e a ausência de uma perspectiva crítica de gênero consolidaram uma historiografia excludente, que precisa ser urgentemente revisada.

Nesse contexto, os estudos feministas e de gênero surgem como instrumentos de resistência e reconstrução, ao propor novas categorias de análise, ampliar o escopo das fontes e reconfigurar a narrativa histórica. A presença da mulher como sujeito histórico ativo desafia os paradigmas tradicionais e convida a uma revisão crítica da maneira como a história é ensinada, escrita e legitimada. Assim, reconhecer a atuação feminina é não apenas um gesto de reparação histórica, mas também um compromisso ético com a justiça social e com a transformação das práticas educacionais e historiográficas.

Além dessas autoras clássicas, este trabalho dialoga com produções contemporâneas que aprofundam a compreensão sobre interseccionalidades e desafios atuais. Kia Lilly Caldwell (2000) problematiza a invisibilidade das mulheres negras no campo dos estudos de gênero no Brasil, apontando como a produção acadêmica tradicional priorizou experiências brancas e urbanas. A autora defende que reconhecer a diferença racial como categoria analítica é essencial



para compreender a pluralidade das vivências femininas no país.

Da mesma forma, Thânia Kadma de Araújo et al. (2020) abordam a trajetória histórica das mulheres na sociedade brasileira, marcada por submissão e violência de gênero, mas também por importantes conquistas legais, como o direito ao voto, à educação e à proteção contra a violência. A obra enfatiza a persistência das desigualdades e a necessidade de ações práticas e transformações culturais para superá-las.

Andréa Lisly Gonçalves (2006), ao refletir sobre os desafios da historiografia feminista no Brasil, propõe que os estudos de gênero sejam compreendidos como um projeto político e subversivo, capaz de romper com a narrativa hegemônica e de incluir a diversidade das experiências históricas. Já Tânia Maria Gomes da Silva (2010) contribui com uma análise da trajetória da historiografia das mulheres no Brasil, destacando a influência do movimento feminista, da escola dos Annales e dos novos paradigmas científicos na construção de uma história mais sensível à presença feminina.

Essas autoras complementam o alicerce teórico da presente pesquisa, oferecendo um olhar interseccional e ampliado sobre a construção da memória histórica das mulheres, seus apagamentos e resistências.

METODOLOGIA

Caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em levantamento bibliográfico. A escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender, de forma crítica e aprofundada, os mecanismos que sustentaram a invisibilidade da mulher na historiografia brasileira, a partir da análise de produções científicas e teóricas já consolidadas.

A investigação foi conduzida em três etapas principais. Na primeira, realizou-se um mapeamento sistemático em bases de dados acadêmicas — Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Google Acadêmico — com o objetivo de identificar artigos relacionados à temática proposta. Foram utilizadas as palavras-chave “mulher”, “história” e “visibilidade”. Esse procedimento resultou na seleção de quatro artigos, os quais apresentaram pertinência direta com o problema de pesquisa, por tratarem do apagamento histórico das mulheres e da contribuição dos estudos de gênero para a revisão crítica da historiografia tradicional.



Na segunda etapa, realizou-se a seleção de obras de referência que abordam o papel histórico da mulher e a crítica às narrativas hegemônicas. Foram incorporados quatro livros considerados fundamentais para a fundamentação teórica, sendo o critério de inclusão pautado pela relevância acadêmica, pela pertinência temática e pela contribuição efetiva para os estudos de gênero e da história das mulheres. Nesse processo, privilegiaram-se produções recentes, sem desconsiderar obras clássicas indispensáveis à sustentação conceitual.

Por fim, na terceira etapa, procedeu-se à análise crítica e comparativa dos materiais selecionados, de modo a identificar aproximações, divergências e complementaridades entre as produções. Esse procedimento interpretativo possibilitou evidenciar os fatores que contribuíram para o silenciamento das experiências femininas, bem como os caminhos apontados pela historiografia feminista e pelos estudos de gênero para a reconstrução da memória histórica.

Dessa forma, a metodologia adotada permitiu articular o levantamento e a sistematização de fontes acadêmicas com uma análise crítica orientada pela perspectiva feminista, em consonância com os objetivos formativos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os principais resultados da pesquisa realizada está descrito no quadro abaixo, onde apresentamos a organização subdividida em título da obra, autoria, ano de publicação e conteúdo principal o qual revela os principais aspectos que levaram à seleção das citadas obras.

TÍTULO	AUTORIA	ANO	CONTEÚDO PRINCIPAL
A ASCENSÃO DA MULHER: da submissão e violência em busca de igualdade de gênero, respeito e reconhecimento	ARAÚJO, Thânia Kadma Souza de et al.	2020	O artigo discute a trajetória histórica da mulher na sociedade brasileira, marcada pela submissão e violência de gênero. Destaca avanços como o direito ao voto, o acesso à educação e a criação de leis como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio. A pesquisa, de cunho bibliográfico e qualitativo, conclui que, apesar dos progressos, a desigualdade e a violência contra a mulher ainda persistem, exigindo ações práticas e transformações culturais.
O Segundo Sexo	BEAUVOIR, Simone de	1949	Argumenta que a mulher foi historicamente definida como "o Outro", isto é, sempre em relação ao homem,



			nunca como sujeito autônomo. A sua invisibilização decorre do fato de que ela não tem um passado próprio, nem uma cultura própria independente do masculino. Sua condição de opressão não é apenas social, mas existencial: a mulher se encontra presa a uma estrutura que a obriga a viver em função do homem. A ausência de coesão social entre as mulheres e a relação simbiótica com seus opressores dificultam a construção de uma consciência coletiva que poderia subverter esse apagamento.
Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil	CALDWELL, Kia Lilly	2000	Analisa a invisibilidade da raça e da experiência das mulheres negras no campo dos estudos da mulher brasileiros. A partir de um olhar comparativo sobre estudos da mulher no Inglaterra, nos Estados Unidos e no Canadá a autora explora como questões sobre diferença racial entre as mulheres não foram tratadas nos diferentes contextos nacionais. Enfatiza a ausência da raça na maior parte dos estudos da mulher no Brasil e sugere que, para um melhor entendimento da diversidade das experiências das mulheres brasileiras, é preciso dar um maior enfoque para “diferença” racial e para a relação entre raça e gênero.
Histórias Íntimas	DEL PRIORI, Mary	2011	Mostra como a sexualidade, o corpo e o comportamento feminino foram domesticados ao longo da história do Brasil por meio da moral religiosa, dos valores coloniais e da vigilância sobre o corpo da mulher. A invisibilidade feminina não se dá apenas pela exclusão dos registros, mas também pela distorção: a mulher foi vista como objeto de desejo ou escândalo, e raramente como sujeito de sua própria história. Revela como os papéis atribuídos às mulheres, de mães, esposas e pecadoras, moldaram sua marginalização dos espaços de poder e do discurso histórico tradicional.
História & Gênero	GONÇALVES, Andréa Lisly	2006	Apresenta uma reflexão historiográfica sobre a trajetória dos estudos de gênero e da história das mulheres no Brasil desde os anos 1960, destacando o gênero como



			categoria analítica fundamental para compreender as relações sociais entre feminino e masculino. A partir de pesquisas sobre a escravidão em Minas Gerais, a autora mostra como essas relações sociais e históricas são estruturadas por construções de gênero e posicionamento de poder. Conclui apontando os desafios para a historiografia ao propor que a história de mulheres e gênero seja repensada como um projeto político-subversivo, articulando experiências femininas e masculinas em uma perspectiva relacional e interdisciplinar.
Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros	PERROT, Michelle	1988	Investiga as múltiplas formas de poder feminino invisível, especialmente no espaço privado. Para ela, as mulheres foram historicamente excluídas da esfera pública, associada à política e à razão, e confinadas ao privado, onde exerciam "poderes difusos". Sua ausência dos registros históricos está ligada a uma historiografia tradicional que ignorou o cotidiano, o doméstico e os afetos, espaços onde a mulher sempre teve atuação significativa. Com a renovação da história cultural e social, há uma tentativa de recuperar essa presença silenciada, embora ainda permeada de mitos e inversões interpretativas que romantizam ou distorcem a realidade vivida pelas mulheres.
Trajetória da Historiografia das Mulheres no Brasil	SILVA, Tânia Maria Gomes da	2010	Discute a inserção do sujeito feminino na historiografia brasileira, a partir de diversas contribuições: o movimento feminista, os novos paradigmas científicos e a contribuição dos Annales, que permitiram um alargamento das abordagens e dos métodos utilizados para as pesquisas envolvendo as mulheres.
Domínios da História	Organização por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas - Capítulo de Rachel Soheit	1997	Analisa a emergência da "história das mulheres" como uma resposta à historiografia tradicional que privilegia os grandes feitos masculinos. A autora explica que a invisibilidade das mulheres está relacionada à sua exclusão das fontes documentais (políticas, jurídicas e militares) e à construção de uma



			historiografia centrada no universo masculino. Com o advento do feminismo e da história cultural, o gênero passou a ser reconhecido como categoria analítica, possibilitando revisões críticas sobre o papel das mulheres na história e revelando as múltiplas identidades femininas apagadas pelas narrativas dominantes.
--	--	--	--

Quadro 1 - Autoria própria

A análise dos materiais mapeados revela a profundidade e a complexidade do processo de invisibilização das mulheres na historiografia e nos espaços de poder. Esses textos confirmam que o apagamento das experiências femininas não é uma falha pontual na produção do conhecimento, mas um reflexo direto das estruturas patriarcais que moldaram a sociedade e os discursos científicos, como já apontavam autoras clássicas do referencial teórico.

O artigo de Araújo et al. (2020) evidencia que, apesar de conquistas importantes como o direito ao voto, à educação e à proteção legal contra a violência, as mulheres ainda enfrentam desigualdades estruturais. O texto contribui com o debate ao mostrar que a construção histórica da subalternidade feminina foi marcada por episódios de violência e exclusão, o que dialoga diretamente com as análises de Del Priore (2011), que discute como normas morais e religiosas moldaram representações estereotipadas da mulher, reduzindo-a a papéis afetivos e reprodutivos. Ambas as obras reforçam que o silenciamento das mulheres não se limita à ausência nos registros históricos, mas envolve também sua distorção simbólica.

A discussão proposta por Caldwell (2000) amplia essa crítica ao evidenciar a exclusão das mulheres negras dentro do próprio campo dos estudos feministas brasileiros. Ao apontar a negligência da interseccionalidade entre raça e gênero, a autora denuncia uma produção acadêmica que, ao priorizar experiências brancas e urbanas, reforça novas camadas de invisibilidade. Essa análise se articula com a crítica de Rachel Soihet (1997), ao destacar a necessidade de revisar não apenas as fontes, mas também os sujeitos da história, incluindo aquelas identidades femininas múltiplas que foram apagadas pelas narrativas dominantes.

A obra de Andréa Lisly Gonçalves (2006) oferece uma leitura historiográfica sobre os caminhos dos estudos de gênero no Brasil. Ao defender o gênero como uma categoria analítica transformadora, Gonçalves propõe uma abordagem relacional e política, que desafia os paradigmas androcêntricos da história oficial. Essa proposta converge com a crítica de Michelle Perrot (1988), que denuncia a centralidade do espaço público masculino na produção histórica



tradicional, ignorando a riqueza do cotidiano feminino. Ambas defendem uma ampliação dos métodos e dos objetos da historiografia, reconhecendo o valor da experiência vivida como fonte legítima de análise histórica.

Por sua vez, Tânia Maria Gomes da Silva (2010) recupera a influência de correntes historiográficas como os *Annales* e do movimento feminista na consolidação da história das mulheres no Brasil. Sua análise mostra que, embora existam avanços, o campo ainda enfrenta resistências epistemológicas e institucionais. Essa perspectiva é reforçada por Simone de Beauvoir (1949), que já denunciava a dificuldade das mulheres em constituir-se como um grupo coeso e sujeito histórico autônomo, devido à construção social que as define como “o Outro”.

A obra de Mary Del Priore (2011), além de seu enfoque sobre a regulação da sexualidade feminina, contribui com a ideia de que os estereótipos internalizados e repetidos pela historiografia e pela educação reforçam a exclusão simbólica das mulheres. Isso conecta-se com o alerta de Araújo et al. (2020) sobre a necessidade de ações transformadoras para além da legislação: trata-se de mudar estruturas culturais profundamente enraizadas.

Por fim, a discussão conjunta dessas obras revela que a invisibilidade das mulheres não ocorre apenas pela omissão nos registros históricos, mas também pela escolha seletiva das fontes, pela valorização da esfera pública em detrimento da privada, e pela reprodução contínua de estereótipos sobre o feminino. Os dados analisados confirmam que os estudos de gênero e a história das mulheres têm desempenhado um papel fundamental na reconstrução da memória histórica e na denúncia desses apagamentos.

Desse modo, reafirma-se a importância de uma formação docente crítica, como a proposta pelo PIBID, comprometida com uma abordagem historiográfica plural, interseccional e inclusiva. O reconhecimento da mulher como sujeito histórico é parte essencial de um projeto educacional voltado à justiça social, à valorização das diversidades e à democratização do saber histórico.

CONCLUSÃO

A análise das obras selecionadas e dos dados mapeados ao longo deste trabalho evidenciou que a invisibilidade da mulher na história do Brasil não é fruto do acaso, mas de um projeto sistemático de silenciamento ancorado em uma historiografia tradicional, androcêntrica e excludente. Ao longo dos séculos, as experiências femininas foram marginalizadas,



As contribuições teóricas de autoras como Simone de Beauvoir, Michelle Perrot, Rachel Soihet, Mary Del Priore, Kia Caldwell, entre outras, permitiram compreender que a mulher, historicamente tratada como “o outro”, teve sua trajetória condicionada por estruturas simbólicas e sociais que negaram sua autonomia e protagonismo. Ao mesmo tempo, essas autoras também oferecem caminhos para a reconstrução de uma narrativa mais justa, que valorize a diversidade das experiências femininas e enfrente os mecanismos de exclusão historicamente instituídos.

Reconhecemos, contudo, as limitações deste estudo, especialmente no que se refere à abrangência geográfica e à escassez de fontes que retratem com profundidade a diversidade das mulheres brasileiras — em especial negras, indígenas, periféricas e LGBTQIA+. Essas lacunas evidenciam a necessidade de ampliar o escopo das pesquisas futuras e de incluir novos olhares sobre a multiplicidade de vozes femininas silenciadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Thânia Kadma Souza de; SANTOS, Osmair Oliveira dos; MONTEIRO, Patrícia Neves e Souza; FORTUNATO, Aluísio Antônio. A ascensão da mulher: da submissão e violência em busca de igualdade de gênero, respeito e reconhecimento. **RACE – Revista de Administração do Cesmac**, [S. l.], v. 7, p. 148-157, 2020. Disponível em: <https://revistas.cesmac.edu.br/administracao/article/view/1341>. Acesso em: 30 set. 2025.



BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960. (Original de 1949).

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 91-108, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11922> (ou no PDF do periódico). Acesso em: 30 set. 2025.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. **Politeia – História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/download/3871/3181> (PDF). Acesso em: 30 set. 2025.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 367-407.

